



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 10 | QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

O DEBATE DA QUESTÃO URBANA NAS PRODUÇÕES DOS PERIÓDICOS DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

THE DEBATE OF THE URBAN ISSUE IN THE PRODUCTIONS OF JOURNALS IN THE
SOCIAL SERVICE AREA

Juanita Natasha Garcia de Oliveira¹
Tháisa Teixeira Closs²

RESUMO

O presente artigo é fruto dos estudos de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e tem por objetivo a análise das produções científicas em 11 periódicos da área (2013-2019) referentes à temática da Questão Urbana. A pesquisa bibliográfica, composta por 24 artigos dos 120 analisados, revela que a profissão aborda a produção do espaço no capitalismo e as contradições presentes num cenário composto por desigualdades e resistências. Também apresenta os limites das políticas públicas enquanto respostas à crise urbana no país, abarcando as discussões no âmbito da profissão. Mostra os avanços no que tange às competências e atribuições dos/das assistentes sociais no trabalho junto aos movimentos sociais urbanos, ancorando a discussão através da vertente crítico-dialética, contribuindo para a ampliação do debate referente às refrações da questão social expressas no contexto urbano.

Palavras-Chaves: Questão Urbana; Questão Social; Produção do Espaço.

ABSTRACT

This article is the result of master's studies in the Graduate Program in Social Policy and Social Work at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and objective to analyze scientific productions in 11

¹ Assistente Social Sanitarista, graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Especialista em Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS. E-mail: juanitapucrs@gmail.com.

² Assistente Social, Especialista em Atenção Básica em Saúde Coletiva pelo Programa de Residência da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP/RS), Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: thaisacloss@hotmail.com.

journals in the area (2013-2019) regarding the theme of the Urban Question. Bibliographical research revealed that the profession addresses the production of space under capitalism and the contradictions present in a scenario composed of inequalities and resistance. It also presents the limits of public policies as responses to the urban crisis in the country, encompassing discussions within the profession. It shows the advances regarding the competences and attributions of / of social workers at work with social movements, anchoring the discussion through the critical-dialectical aspect, contributing to the expansion of the debate regarding the refractions of the social question expressed in the urban context.

Keywords: Aging; Relative Overpopulation; Social Assistance Policy.

INTRODUÇÃO

Em tempos de medo, retrocesso, perda de direitos sociais, perseguição e criminalização dos movimentos sociais e das instituições públicas de ensino no Brasil é preciso fortalecer e reiterar um projeto societário radicalmente vinculado aos interesses e necessidades da classe trabalhadora, com vistas a construção de uma nova ordem societária, livre de opressões e explorações.

Neste sentido, para subsidiar o referencial teórico da pesquisa “Quem não pode com a formiga não atíça o formigueiro”: As Interfaces da Questão Social expressas na Luta pelo Direito à Cidade” vinculado ao Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social (PPG PSSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), realizamos a pesquisa bibliográfica com o intuito de apreender as tendências da produção de conhecimento da categoria profissional no que tange a Questão urbana e o Direito à Cidade. Tal estudo, surge a partir das experiências profissionais junto a temática do direito à cidade em Porto Alegre (POA), Rio Grande do Sul (RS), mediadas pela articulação política e organizativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Com vistas à compreensão da abordagem da produção de conhecimento pela categoria profissional, realizamos pesquisa bibliográfica no período entre 2013-2019 em 9 periódicos vinculados aos programas de pós-graduação em Serviço Social, sendo eles: Argumentum (UFES), Em pauta (UERJ), Katálysis (UFSC), Libertas (UFJF), O social em questão (PUC-RIO), Praia Vermelha (UFRJ), Serviço Social e Realidade (UNESP- Franca), Serviço Social em Revista (UEL) e Textos e Contextos (PUC-RS). Apesar da não vinculação a programas de pós-graduação, foram incluídas na pesquisa as revistas Serviço Social e

Sociedade (que se justifica por publicar as produções da área de maneira ininterrupta desde 1979) e *Temporalis* (por ser editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS), totalizando o conjunto de 11 periódicos.

O banco de dados perfaz o montante de 146 volumes, totalizando 2091 artigos revisados, dentre os quais 120 possui algum descritor relacionado a temática do estudo, encontrados no título, resumo e palavras-chave. Os resultados obtidos por descritores, consistem em: Direito à Cidade (presente em 11 discussões de 120 artigos analisados), Questão Social (46 de 120), Movimentos Sociais e Luta(s) Social(s) em (63 de 120), este último descritor combinado com moradia, habitação, cidade e urbano. Para fins de análise, estes artigos foram divididos nos seguintes eixos temáticos: a) questão social articulada com movimentos sociais, lutas sociais e/ou direito à cidade; b) movimentos sociais e lutas sociais abordando o debate sobre o direito à cidade e; c) direito à cidade, resultando em 24 produções inseridas na pesquisa bibliográfica¹

A partir das contribuições de Lefebvre (2001), as análises partem da concepção de direito à cidade enquanto “forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar”. E neste sentido é preciso enfatizar também o “direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade privada) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

Apresentamos na sequência a análise das produções que articulam o debate sobre Questão Urbana e Direito à Cidade no âmbito do Serviço Social.

2 O DEBATE DA QUESTÃO URBANA EM PERIÓDICOS DA ÁREA

A abordagem referente a questão urbana e lutas sociais no Serviço Social brasileiro não é um tema estranho ao debate profissional, pelo contrário: historicamente a profissão tem construído profícuas articulações com as organizações políticas da classe trabalhadora, penetrando em cenários compostos por lutas e resistências.² O projeto profissional, cujo eixo central está vinculado a concepção

¹ Os artigos inseridos na pesquisa bibliográfica cuja análise faz parte do presente estudo, foram incluídos a partir dos seguintes critérios estabelecidos: Questão social articulada com Movimentos Sociais, Lutas Sociais e/ou Direito à Cidade (sem variação), Movimentos Sociais e Lutas Sociais articulada com Direito à Cidade (com as variações de organizações políticas da classe trabalhadora, urbano, urbanização, moradia, habitação, habitacional articulada ao Direito à Cidade) e Direito à cidade (sem variação).

² O debate proposto por Sant’Ana (2019, p. 176) referente “A construção do atual projeto de formação do Serviço Social no Brasil” subsidia o exposto.

ideopolítica de construção de uma ordem societária livre de opressões e explorações, reitera a necessidade desta vinculação orgânica e exige, em tempos de barbárie e retrocesso das conquistas sociais, estratégias de enfrentamento e combate às desigualdades provenientes do modo de produção no qual está assentada toda riqueza socialmente produzida.

Desigualdades expressas no cenário urbano incidem no trabalho dos/das assistentes sociais, cujo protagonismo se fez presente nas Jornadas de 2013, nas manifestações dos Comitês Populares da Copa e os Comitês Populares dos Atingidos pela Copa, nos espaços tradicionais de resistência como a Esquina Democrática em Porto Alegre, nas universidades, escolas, associações comunitárias. Seja pela via da luta por mobilidade urbana, seja através da conquista da casa própria, o urbano é permeado por fenômenos sociais vinculados à luta pelo direito à cidade na sua relação intrínseca com a produção e reprodução do espaço no capitalismo, pois “o espaço não é um objeto científico descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico” (LEFEBVRE, 2008, p. 61). Portanto, repleto de contradições, a questão urbana, historicamente tem apresentado nuances que perpassam o universo das interações sociais mediadas pela relação capital/trabalho, configurando um terreno de disputas na materialização de distintos projetos societários.

Conforme pesquisa realizada por Santana (2018) foram identificados entre os anos de 2013-2017 a produção em nível pós-graduado de 2.545 trabalhos de conclusão de curso, sendo que 91 (3,6%) das produções discutem temas acerca da questão urbana e habitacional. Destes, 75 trabalhos foram desenvolvidos em nível mestrado e 16 em doutorado e, ainda, dos “91 trabalhos, 73 (80,2%) enfatizam especificamente a questão da habitação” (SANTANA, 2018, p. 229).

Guimarães e Marques (2019) em levantamento realizado nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS) de 2014 e 2016, revelam que na pesquisa de movimentos sociais urbanos - entre eles o Fórum Metropolitano de Reforma Urbana (FMRU), a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), o Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), entre outros -, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) “é o mais recorrente objeto de estudos e pesquisas da categoria, além de ser frequentemente referenciado, mesmo nos trabalhos que não o pesquisam diretamente, como a principal organização de luta por moradia no país” (GUIMARÃES; MARQUES, 2019, p. 29) .

Sendo assim, observamos que a categoria profissional tem desenvolvido a abordagem das discussões referentes à questão urbana, ainda que de maneira tímida, no trato das experiências de trabalho profissional em articulação com os movimentos sociais. Neste sentido, observamos uma crescente produção entre os anos de 2015 e 2019, como mostra a sistematização do Quadro 1:

Quadro 1 - Periódicos e Produção Científica sobre a temática da pesquisa

PERIÓDICO	PRODUÇÕES DE 2013-2019	ARTIGOS SOBRE A TEMÁTICA DE PESQUISA	ARTIGOS INCLUÍDOS NA PESQUISA
Argumentum	Total de Volumes: 17 Total de Artigos: 332	10	França (2019) Lima (2018) Pagani, Alves e Cordeiro (2015) Guimarães (2013)
Katálysis	Total de Volumes: 16 Total de Artigos: 221	7	Lopes (2019) Pagani, Alves e Cordeiro (2016)
Praia Vermelha	Total de Volumes: 10 Total de Artigos: 122	9	Burginski e Cariaga (2019) Simões (2014)
Serviço Social e Realidade	Total de Volumes: 8 Total de Artigos: 74	3	Guimarães (2014)
Libertas	Total de Volumes: 12 Total de Artigos: 130	10	Urvoy (2015) Gonçalves, Pessanha e Mororó (2015)
Textos e Contextos	Total de Volumes: 12 Total de Artigos: 206	10	Suave (2018) Diligenti, Dias e Teodoro (2016)
Serviço Social em Revista	Total de Volumes: 12 Total de Artigos: 119	18	Santana (2018) Pagani (2013)
Serviço Social e Sociedade	Total de Volumes: 21 Total de Artigos: 217	7	Duriguetto (2017) Guimarães (2015)
O Social em Questão	Total de Volumes: 14 Total de Artigos: 240	23	Tolentino (2018) Amoroso (2018) Freire e Sousa (2018) Neto e Veiga (2018) Sanches (2017)
Em Pauta	Total de Volumes: 12 Total de Artigos: 212	4	Vazquez (2017)
Temporalis	Total de Volumes: 12 Total de Artigos: 218	19	Oliveira, Santos e Bienenstein (2019)

Fonte: Sistematização da autora. Dados obtidos na coleta de dados do grupo de pesquisa junto ao sítio eletrônico das revistas. Coleta realizada no período entre maio de 2019 a junho de 2020.

Para fins de análise, os 120 artigos foram divididos nos seguintes eixos temáticos:

a) questão social articulada com movimentos sociais, lutas sociais e/ou direito à cidade

(7 artigos); b) movimentos sociais e lutas sociais articulado ao debate sobre o direito à cidade (5 produções) e c) direito à cidade (11 artigos), resultando na inserção de 24 produções, expostas no Quadro 2:

Quadro 2 - Artigos inseridos na pesquisa bibliográfica segundo descritores

DESCRITORES	ARTIGOS	AUTORES/ANO	ÁREA DO CONHECIMENTO
Questão social articulada com Movimentos Sociais, Lutas Sociais e/ou Direito à Cidade ³	8	França (2019), Burginski e Cariaga (2019) Lopes (2019) Suave (2018) Tolentino (2018) Santana (2018) Duriguetto (2017) Guimarães (2015b)	Políticas Públicas Serviço Social Serviço Social Serviço Social Serviço Social Serviço Social Serviço Social Serviço Social
Movimentos Sociais e Lutas Sociais articulada com Direito à Cidade	5	Oliveira, Santos e Bienenstein (2019) Amoroso (2018) Diligenti, Dias e Teodoro (2016) Urvoy (2015) Simões (2014)	Serviço Social, Arquitetura e Urbanismo História Arquitetura e Urbanismo História Serviço Social
Direito à cidade	11	Neto e Veiga (2018) Lima (2018) Vazquez (2017) Sanches (2017) Pagani, Alves e Cordeiro (2016), Pagani, Alves e Cordeiro (2015) Gonçalves, Pessanha e Mororó (2015) Guimarães (2014) Freire e Sousa (2014) Pagani (2013) Guimarães (2013a)	Antropologia Serviço Social Serviço Social Ciências Sociais Serviço Social Serviço Social Direito, História e Serviço Social Serviço Social Antropologia Serviço Social Serviço Social
TOTAL	24 Artigos	33 Autores	7 Áreas de Conhecimento

Fonte: Sistematização da autora. Dados obtidos na coleta de dados da pesquisa documental. Artigos incluídos na pesquisa.

³ Artigos que trazem a discussão articulada de todos os descritores centrais presentes na proposta de estudo, tendo em vista que, a pesquisa em nível de mestrado, tem por objetivo “analisar as refrações da questão social na interface com a luta pelo direito à cidade expressas na condição, modo de vida e organização política dos sujeitos que residem na Ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre/RS a fim de proporcionar subsídios ao debate no Serviço Social no âmbito do trabalho desenvolvido em articulação com os movimentos sociais”, e portanto, a apreensão do debate articulado de tais categoriais são indispensáveis.

Neste sentido, a pesquisa bibliográfica revelou que nas discussões referentes à questão social articulada com movimentos sociais, lutas sociais e/ou direito à cidade, apenas 8 artigos desenvolveram o debate nesta perspectiva. Com base no exposto, traremos na sequência a análise das discussões realizadas pela categoria profissional no que tange o eixo central do presente estudo.

2.1 Questão Urbana e Serviço Social

Pensar a dinâmica das cidades no modo de produção capitalista requer compreender que sua organização visa atender aos interesses do capital, isto é, se expressa na reprodução das relações de produção com vistas a garantir a expansão e desenvolvimento do capitalismo em escala global. Dessa maneira, está presente em todas as instâncias da vida cotidiana. Não se restringe a um espaço geográfico, tampouco se localiza exclusivamente no campo das ideias, ele se situa também na conformação do espaço enquanto produção social. Conforme Lefebvre (2008, p. 61): “o espaço não é um objeto científico descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico”. E neste sentido, podemos considerar o Brasil como o país dos “privilégios”:

[...] o Brasil é o que mais concentra renda no 1% mais rico, sustentando o 3º pior índice de Gini na América Latina e Caribe (atrás somente da Colômbia e de Honduras). Segundo o último Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) o Brasil é o 10º país mais desigual do mundo, num ranking de mais de 140 países. Por aqui, a desigualdade é extrema. (OXFAM BRASIL, 2017, p. 21)

Neste sentido, a produção de conhecimento do Serviço Social referente à luta pelo direito à cidade, tem apontado desafios e possibilidades de atuação presentes no cenário urbano. No trabalho de Cariaga e Burginski (2019), referente a extensão universitária enquanto uma estratégia (entre outras) de aproximação ao cotidiano de lutas das classes subalternas, explicita a “retração da conexão entre o Serviço Social, os movimentos e organizações da classe trabalhadora” enquanto “tendência do próprio refluxo das lutas sociais diante das profundas transformações societárias na dinâmica do capitalismo contemporâneo” (Cariaga; Burginski, 2019, p. 790). As autoras apontam a ausência de intervenções de assistentes sociais junto às organizações políticas da classe trabalhadora, assim como maior vinculação orgânica com os movimentos sociais autônomos. Dessa maneira, instiga o fortalecimento da extensão universitária

“enquanto espaço de resistência em defesa do projeto ético-político” (Cariaga; Burginski, 2019, p. 782).

Lopes (2019) faz a articulação entre emancipação política e direito à cidade propondo “a adoção de uma direção crítica socialmente referenciada nas necessidades da classe trabalhadora para a construção de uma nova ordem societária” (LOPES, 2019, p. 191). A autora aborda a formação do capitalismo urbano industrial e comercial a partir da intrínseca relação com o capitalismo agrário, impactando diretamente no acelerado processo de urbanização brasileiro, reiterando que:

A luta urbana deve ter como horizonte, além da materialização das conquistas civilizatórias previstas em lei, a adoção de uma direção crítica socialmente referenciada nas necessidades da classe trabalhadora. A sua formação política e a construção de sua agenda de luta não pode se abster de enfrentar teoricamente, os entraves e desafios encarados na prática cotidiana na produção das cidades brasileiras. (LOPES, 2019, p. 199)

Santana (2018) aponta o avanço que a categoria profissional tem realizado sobre a questão urbana e habitacional, sobretudo no âmbito da formação pós-graduada. O estudo realizado pela autora, demonstrou que a categoria profissional tem contribuído com o debate referente à formação e o trabalho profissional, oferecendo subsídios “a necessária articulação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, em consonância com as diretrizes curriculares do Serviço Social” (Santana, 2018, p. 235).

A crise urbana é apontada por Suave (2018) enquanto expressão da questão social, apresentando subsídios ao debate no que tange o trabalho dos/das assistentes sociais junto aos movimentos sociais. Salienta que “Os conflitos urbanos que perpassam a organização de movimentos sociais aparecem ao Serviço Social como uma expressão das desigualdades e, portanto, também podem fornecer objetivos para a nossa atuação profissional” (Suave, 2018, p. 307). As contradições postas no cotidiano profissional, referidas pela autora, apontam possibilidades de intervenção, trazendo para o cerne do debate as ações profissionais desenvolvidas para além das demandas presentes no âmbito institucional. Observamos que a autora não apresenta diretamente uma abordagem conceitual sobre direito à cidade, porém expõe uma linha argumentativa pontuando aspectos que inviabilizam sua materialização. Nesta discussão, encontramos o direito à cidade atrelado a “falta do acesso aos direitos, como o da moradia, saúde e

educação, que se sintetizam no direito à cidade”. E nesta perspectiva, reforça o caráter contraditório das respostas estatais através das políticas sociais, afirmando que: “são insuficientes às necessidades postas e, muitas vezes, de cunho paliativo” (SUAVE, 2018, p. 308).

Tolentino (2018) por sua vez, aponta a justiça ambiental como forma de proporcionar a efetivação do direito à cidade, enfatizando a realidade de ciganos Calon. Dessa maneira, articula crise socioambiental e justiça ambiental como contradições que conformam a questão urbana e apresenta as dificuldades vivenciadas por este segmento populacional. A produção se situa na solução de necessidades básicas presentes na realidade dos ciganos sem fazer uma articulação com o debate ampliado⁴ referente ao direito à cidade.

Na produção de Duriguetto (2017), veremos que a autora também não apresenta diretamente um conceito sobre o direito à cidade, mas oferece subsídios para o debate: expõe a criminalização das organizações políticas da classe trabalhadora e explicita as formas de coerção do aparelho estatal.

Exercer o controle penal sobre os socialmente descartáveis pelo capital e criminalizar as lutas e movimentos sociais é associar pobreza à criminalidade, é transformar a “questão social” em uma questão individual e moral, é deslegitimar as organizações e lutas das classes subalternas, é criminalizar a visibilidade pública e política das expressões da “questão social” e dos sujeitos - individuais e coletivos - que reivindicam e/ou defendem direitos, que confrontam a ordem hegemônica capitalista. (DURIGUETTO, 2017, p. 105)

Reitera também a necessidade de uma abordagem crítica no que se refere à questão urbana e direito à cidade: ações profissionais que venham a romper com uma “visão moralizante e individualizante das expressões das desigualdades sociais”; posicionamento ético-político em conformidade com o projeto profissional; fortalecimento de “estratégias coletivas” para o enfrentamento das necessidades e demandas sociais; apoio e articulação da categoria profissional “às lutas dos movimentos sociais”; participação dos/das assistentes sociais nos espaços de controle social no âmbito do Estado e das iniciativas autônomas da classe trabalhadora; contribuição na “organização de cursos de formação política para militantes” dos

⁴ Compreendemos enquanto “debate ampliado”, aquele realizado para além do acesso a bens e serviços, mediados pelas políticas públicas e sociais. A luta pelo direito à cidade é composta por tais determinações (acesso a bens e serviços básicos), mas também está situada na construção de uma sociedade humanista, cujos valores de sociabilidade estão postos na produção e apropriação do espaço enquanto produção social.

movimentos sociais, assim como a produção do conhecimento sistematizado e publicizado enfatizando “experiências organizativas e suas conquistas” (DURIGUETTO, 2017, p. 118-119).

Na proposta de Guimarães (2015b), verificamos a mediação das expressões da questão social com o direito à cidade, salientando as estratégias de organização e mobilização dos movimentos sociais. Apesar de articular o debate com as categorias discutidas na presente pesquisa, observamos que a base conceitual na qual se alicerça a discussão em torno do direito à cidade, apresenta uma argumentação que reforça sua materialização pela via do acesso às políticas públicas e sociais. Apresenta os desafios e possibilidades de atuação dos movimentos sociais com a agudização das expressões da questão social, salientando o trabalho de base “como uma das melhores formas de comunicar às pessoas o projeto político e a concepção de mundo que orienta a ação do movimento (GUIMARÃES, 2015, p. 728)

Importante salientar que, nos artigos categorizados que fazem a discussão de movimentos sociais, lutas sociais e/ou direito à cidade, apenas o trabalho de Diligenti, Dias e Teodoro (2016) apresenta as experiências de uma ocupação urbana, referenciando o Assentamento 20 de Novembro em Porto Alegre/RS. Nesta perspectiva, aponta os dilemas postos na presente estratégia de luta:

Compreende-se que a ocupação dos vazios urbanos, exemplificada no caso do Assentamento 20 de Novembro e legalizada (mesmo que com muitas resistências) pela Função Social da Propriedade, é uma estratégia reformista de resolução dos problemas relacionados à desigualdade estabelecida no modo de produção das cidades capitalistas. Por outro lado, de forma alguma, menosprezam-se as suas práticas no sentido de conscientização desses questionamentos, de um patamar local para uma experiência abrangente e global. (DILIGENTI; DIAS; TEODORO, 2016, p. 352).

Como podemos verificar, a produção de conhecimento que faça a discussão articulada entre direito à cidade, movimentos sociais e trabalho profissional, ainda permanece diminuta, inferindo maior necessidade de mediação da categoria com as organizações autônomas da classe trabalhadora.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos sintéticos, a pesquisa bibliográfica revelou que: a) todos os artigos fazem referência (ainda que indiretamente) à produção do espaço no modo de produção capitalista e abordam as contradições presentes num cenário composto por

desigualdades e resistências; b) está presente, na maioria das discussões, os limites das políticas públicas enquanto respostas à crise urbana no país; c) as discussões no âmbito da profissão mostram avanços no que tange às competências e atribuições dos/das assistentes sociais no trabalho junto aos movimentos sociais e; d) a vertente crítica que consubstancia a produção do conhecimento no Serviço Social tem contribuído para a ampliação do debate referente às expressões da questão social no contexto urbano.

Portanto, podemos inferir que a produção científica construída pela categoria profissional em torno da questão urbana tem apresentado inúmeros avanços. Entretanto, como revelam os mesmos achados, necessitamos de maior aproximação no que tange a realidade dos sujeitos. Como destaca Yazbek:

O real, no entanto, é constituído de relações atravessadas pelo conflito e permeadas por antagonismos e, desse modo, se de um lado as representações reproduzem a lógica e o discurso ideológico dominante, de outro, reproduzem contraditoriamente o seu contrário, a sua transgressão, que se expressam como resistência, criatividade e superação de um determinismo reducionista, apontando caminhos de ruptura e libertação. Colocar em debate a resistência, a desobediência dos destituídos, implica refletir a emancipação do homem em sua luta de cada dia na busca de alcançar um protagonismo histórico. (YAZBEK, 2009, p. 90-91)

Nesta perspectiva, um desafio identificado para a produção de conhecimento em Serviço Social consiste em ampliar a compreensão sobre as relações de poder que emergem no cenário urbano a partir da luta cotidiana pelo direito à cidade.

REFERÊNCIAS

CARIAGA, Maria Helena. BURGINSKI, Vanda Micheli. Extensão universitária e movimentos sociais: resistência em defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Revista Praia Vermelha** Rio de Janeiro v. 29 n. 2 p. 779-807 2019.

DILIGENTI, Marcos Pereira. DIAS, Maria Alice Medeiros. TEODORO, Isadora. Produção Social do Espaço/Tempo e os Vazios Urbanos: o caso do Assentamento 20 de Novembro em Porto Alegre. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 15, n. 2, p. 340 - 355, ago./dez. 2016.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 104-122, jan./abr. 2017. p. 104-122.

FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de. As lutas sociais pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. **Argum.**, Vitória, v. 11, n. 3, p. 96-112, set./dez. 2019.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 721-745, out./dez. 2015. p. 721-745.

_____. MARQUES, Morena Gomes. MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES SOBRE O TEMA. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 24-36, jul./dez. 2019.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Minas Gerais: UFMG, 2008.

_____. **O direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo farias. São Paulo: Centauro: 2001.

LOPES, Ada Kallyne Sousa. Emancipação política e a luta pelo direito à cidade. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 191-200, jan./abr. 2019.

OXFAM BRASIL. A DISTÂNCIA QUE NOS UNE: um retrato das desigualdades brasileiras. Disponível para consulta em:
https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_no_s_une.pdf Acesso em 11/06/2019.

SANT' ANA, Raquel Santos. DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS E A QUESTÃO AGRÁRIA. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 37, p. 172-188, jan./jun. 2019.

SANTANA, Joana Valente. Questão urbana e habitacional e Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 21, n.1, p. 217-238, jul./dez. 2018.

SUAVE, Ângela Michele. As especificidades urbanas na relação do serviço social com os movimentos sociais. Porto Alegre. **Textos & Contextos**, v. 17, n. 2, p. 305 - 320, ago./dez. 2018.

TOLENTINO, Erika dos Santos. Justiça Ambiental, direito à cidade e ciganos Calon. **Social em Questão** - Ano XXI - nº 40 - Jan a Abr/2018. p. 333-360.

YAZBEK, Maria carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.